

A PROPRIEDADE ESCRAVA NO VALE DO PARAÍBA PAULISTA DURANTE A DÉCADA DE 1870

Renato Leite Marcondes *
Professor da FEA/USP, *campus* Ribeirão Preto.

RESUMO: A partir do levantamento de vários livros manuscritos de classificação dos escravos efetuados na década de 1870 para algumas localidades do vale do Paraíba paulista, conseguimos ter uma idéia do contingente escravo e da concentração da posse de cativos durante o momento áureo da cafeicultura no vale. De forma semelhante ao que ocorria no início do século XIX — segundo os informes da historiografia —, o padrão da propriedade escrava marcava-se pela presença expressiva dos pequenos e médios escravistas tanto em termos dos possuidores de cativos quanto da massa submetida à escravidão e revelava-se diferenciado entre as localidades estudadas. A concentração da distribuição dos cativos pelos escravistas aumentou ao longo do século. Por fim, tentamos avançar alguns condicionantes das diferenças entre os municípios em estudo.

Palavras-chave: Escravidão, cafeicultura, distribuição de riqueza.

Áreas de classificação da ANPEC: N História Econômica

Código da classificação do JEL: N36 Latin America; Caribbean

ABSTRACT: The paper's main objective is to describe, based on manuscripts known as *livros de classificação do escravos*, the slave population and their distribution among the slave owners in the main period of the coffee crops in vale do Paraíba. In the same manner that occurred in the beginning of the nineteenth century, we show the importance of small and medium farmers in terms of their share in production, slaveholding and the difference among municipalities. The structure of slave ownership concentrates in the course of this century.

Key words: slavery, coffee culture, distribution of wealth

* Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio. Este trabalho contou com a ajuda dos professores José Flávio Motta, Iraci del Nero da Costa e Francisco Vidal Luna e dos auxiliares de pesquisa Roberto Pontes Holler e Juliana Garavazo. Um primeiro resultado da pesquisa foi publicado em Marcondes (1998b).

1 - INTRODUÇÃO

O cafeeiro em seu clássico movimento pelo Sudeste Brasileiro iniciou o seu roteiro por meio do Rio de Janeiro. A partir desta última área, o café chegou a São Paulo na passagem do século XVIII para o XIX. Ao longo do século dezenove ocorreu uma rápida difusão pela área paulista. Na década de 1870, a economia cafeeira alcançou o apogeu no vale do Paraíba paulista, com a utilização de grande parcela dos recursos humanos e materiais disponíveis. O crescente esgotamento das possibilidades de expansão pela região incentivou a procura de novas terras. Nesse momento, o avanço do cultivo do cafeeiro começou a atingir outros territórios paulistas, em especial o nordeste da província. No vale, largos contingentes de mão-de-obra cativa encontravam-se alocados na cafeicultura e nas atividades vinculadas ao café. A impressionante expansão cafeeira contou, desde o seu início, com o apoio de elementos que atuavam em ocupações prévias distintas da preciosa rubiácea, como, por exemplo, a cana-de-açúcar, toucinho e o fumo, e oriundos de outras regiões. Por outro lado, a atividade mercantil de pequeno, médio e grande porte auxiliou e cresceu em conjunto ao alargamento da faina do café no vale.

A produção cafeeira distribuir-se-ia, nas primeiras décadas do século XIX, por um variado leque de cafeicultores dos mais variados portes: desde os não-proprietários de escravos até os possuidores de plantéis com mais de uma centena de elementos. De outra parte, as próprias localidades também apresentavam um envolvimento diferenciado com a cultura. Este comportamento revelava-se desde o início da cafeicultura pela região. Lucila Herrmann já apontava, em sua obra pioneira, originalmente publicada em 1948, para a “invasão dos cafezais” na primeira metade do século XIX de forma mais ou menos intensa pelos municípios do vale de acordo com o desenvolvimento pretérito da cana-de-açúcar:

“O desenvolvimento não é, contudo, uniforme. A invasão dos cafezais e o enriquecimento demográfico não se processaram em todos os municípios do Vale com a mesma intensidade e a mesma coerência.

“Alguns aceitaram a substituição da cultura da cana pela do café, quase que sem reservas, abrindo à invasão dos cafezais suas terras numa intensidade surpreendente de produção como Santa Izabel, Taubaté, Vila Bela, Mogi e Bananal, no período compreendido entre 1800-1836-1854.

“Outros, onde a invasão dos canaviais, mais intensa, solidificara os ‘teres’ dos indivíduos e permitira à estrutura econômica-social, uma base mais sólida, hesitam ante a aceitação da invasão em massa, dos cafezais, e contemporizam a sucessão, numa substituição paulatina como Guaratinguetá, Jacaré, Lorena, Paraibuna, Pindamonhangaba, São José dos Campos, São Luiz, São Sebastião e Ubatuba, no mesmo período.

“Em alguns, a invasão intensa é instável, passageira, e o café, como agricultura itinerante, invade-os, depaupera as terras, sucedendo-se à invasão intensa, a intensa decadência como em Santa Izabel, Ubatuba e Vila Bela, no período entre 1854-1886.” (HERRMANN, 1986, p. 114).

O cultivo da cana vinculava-se às diferentes condições de clima e relevo do vale. Podemos destacar três áreas geográficas distintas. Na planície do Paraíba, esta cultura mostrava-se mais propícia do que a do café, favorecendo a continuidade do seu cultivo durante todo o século XIX. De outro lado, nos sopés da serra do Mar (Bocaina) e da Mantiqueira — os afamados morros de “meia laranja” com solos de massapé vermelho — havia melhores possibilidades para o cafeeiro. Por fim, as regiões mais montanhosas não apresentavam as condições ideais para este último cultivo. Desta forma, algumas localidades mostravam um cultivo do café expressivamente desenvolvido, enquanto outras nem tanto. Em trabalho anterior, comparamos os resultados verificados a partir das listas nominativas de

habitantes para Lorena com os de outros estudos baseados em fonte idêntica para as localidades de Bananal, Areias, Guaratinguetá e Taubaté, o que nos permitia afirmar para o início do século XIX:

“O grau de aceitação da nova cultura no vale do Paraíba variou de acordo com certas condições: climáticas, edafológicas, de povoamento, de ocupação, de posse e propriedade das terras. As áreas ocupadas mais recentemente (Areias e Bananal) mostraram uma intensidade cafeeira e populacional, especialmente cativa, superior às de povoamento antigo (Taubaté e Guaratinguetá). Neste quadro, Lorena situava-se numa posição intermediária, tanto em termos da produção de café como de crescimento demográfico e de concentração da posse cativa.

*“A afirmação da **plantation** cafeeira em Lorena não ocorreu com a mesma intensidade e desenvoltura da observada em Bananal por Motta (1990) e Motta & Nozoe (1994). A propriedade cativa e a produção de café atingiram, em média, valores superiores na região bananalense.” (MARCONDES, 1998, p. 112).*

As diferenças entre as localidades relacionam-se às condições de expansão do café. O próprio desenvolvimento da cultura cafeeira no vale revelou, de início, a participação pioneira no cultivo da rubiácea dos não-proprietários de escravos (Cf. MARCÍLIO, 2000, p. 108; MOTTA, 1999, p. 49-50). Posteriormente, quando o cafeeiro deixou de representar uma ocupação promissora e passou a constituir efetivamente uma opção de investimento rentável, os maiores escravistas envolveram-se, em larga escala, na produção de café. Em Bananal, centro cafeeiro de grande importância em 1829, os detentores de 10 ou mais cativos já respondiam por 81,3% do conjunto da produção cafeeira (Cf. MOTTA & NOZOE, 1994, p. 308). Todavia, os não possuidores de escravos continuavam a participar desta produção com uma parcela pequena (3,2%). Notamos uma participação ainda maior deste contingente na vila de Lorena, alcançando 15,0% do total em 1829 (Cf. MARCONDES, 1998, p. 73). De outro lado, apesar do rápido avanço cafeeiro pelas vilas do vale na segunda e terceira década do século XIX, as demais produções agrícolas e atividades comerciais mantinham papel importante na economia das localidades, especialmente as devotadas ao mercado interno.

Estas considerações concernentes ao começo da expansão cafeeira pelo vale no início do século XIX nos parecem importantes para a compreensão do desenvolvimento ocorrido posteriormente. De acordo com a historiografia clássica, seria de se esperar que com a difusão do café pelo vale ao longo do século XIX consolidasse a grande lavoura cafeeira (*plantation*), assentada em grandes unidades com larga utilização de mão-de-obra cativa (ver MARCONDES, 1998b). Todavia, esta conhecida assertiva fundamenta-se em poucas informações empíricas. Nesse sentido, tentamos contribuir para o melhor entendimento do tamanho e da distribuição das propriedades cativas no vale do Paraíba em seu apogeu cafeeiro. Este esforço diligente busca também estabelecer comparações da posse de escravos entre os municípios.

O cotejo de informações das escravarias dos municípios deve ser pautado pela intensidade da difusão do café. Quando reunimos alguns dados de localidades específicas podemos estabelecer um quadro das distinções quanto ao seu grau de desenvolvimento cafeeiro. De início, podemos observar os montantes produzidos. A partir dos informes de produção de café apresentados por Sérgio Milliet construímos a Tabela 1. A produção cafeeira do vale mantém-se próxima a dois milhões de arrobas tanto em 1854 quanto em 1886. Todavia, devemos atentar com cuidado a estas cifras, pois há algumas ausências de informações, como, por exemplo, a colheita de Bananal em 1886 e a de Paraibuna, que nesse ano só compreende Natividade (um distrito).¹ O principal município produtor de café no vale

¹ A produção de Lorena em 1854 não inclui a região de Silveiras por motivo da falta da informação. Já em 1886 tal região é incorporada no cômputo de Lorena.

em 1854 era Bananal (554 mil arrobas), depois surgiam Areias (386 mil), Taubaté (354 mil) e Pindamonhangá (350 mil). Apenas uma localidade produzia cerca de duas centenas de milhares de arrobas (Jacareí). Guaratinguetá, Lorena e Paraibuna mantinham produções entre 100 mil e 200 mil arrobas de café em 1854. Outros municípios não apresentavam, por motivos inclusive climáticos e edafológicos, um cultivo expressivo (como, por exemplo, São Luís do Paraitinga e Cunha).² Quando comparamos a evolução no tempo da produção, notamos o maior crescimento para a localidade mais próxima à capital (São José dos Campos) e, assim, mais distante da fronteira do Rio de Janeiro, de onde se inicia a introdução do café no vale.³

Tabela 1
Distribuição da Produção de Café
(1854 e 1886)

Município	1854	%	1886	%
Areias	386.094	16,6	480.000	24,6
Bananal	554.600	23,8	-	-
Guaratinguetá	100.885	4,3	350.000	18,0
Jacareí	240.010	10,3	86.000	4,4
Lorena	125.000	5,4	176.667	9,1
Paraibuna	118.320	5,1	10.000	0,5
Pindamonhangaba	350.000	15,0	200.000	10,3
São Luis do Paraitinga	41.000	1,8	30.000	1,5
São José dos Campos	60.000	2,6	250.000	12,9
Taubaté	354.730	15,2	360.000	18,5
TOTAL	2.330.639	100,0	1.942.667	100,0

Fonte: MILLIET (1951, p. 1399).

No *Almanak* da Província de São Paulo de 1873 informava-se a produção de 300.000 arrobas em Guaratinguetá (Cf. LUNÉ & FONSECA, 1985, p. 205). Em 1886, os principais municípios com produções anotadas por Milliet eram Areias, Taubaté e Guaratinguetá, porém não se igualavam, isoladamente, à colheita de Bananal em 1854.

A diferenciação regional revelava-se também nos estudos monográficos de localidades específicas e nas obras dos viajantes. No início do século XIX, o café alcançava seu maior desenvolvimento em São Paulo nas áreas próximas à fronteira com o Rio de Janeiro. Saint-Hilaire notou, em 1822, a potencialidade da região de Bananal que iniciava o cultivo do cafeeiro: “*Pareceu-me de fundação recente, mas é provável que adquira logo importância, pois se acha no meio de uma região onde se cultiva muito café e cujos habitantes, por conseguinte, possuem rendas consideráveis.*” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 104).

Segundo Zaluar, que percorreu o vale nos anos de 1859 e 1860, o município de Bananal destacava-se com relação aos demais: “*Este município é um dos mais importantes da província de São Paulo e exporta por ano para cima de um milhão de arrobas de café.*”

² Esta última não tinha registro de nenhuma quantidade produzida de café nesses dois anos.

³ Cabe salientar que Jacareí também se encontra próximo à capital e sua produção se reduziu. Devemos tomar com cuidado os dados de Milliet, pois Azevedo Marques afirmava para esta localidade no início da década de 1870: “*O município é um dos mais importantes da província pela considerável lavoura de café e pela uberdade do terreno para todos os cereais*” (MARQUES, 1980, v. 2, p. 8). Corroborando o comentário de Azevedo Marques, no *Almanak* da Província de São Paulo Antonio Luné e Paulo Delfino da Fonseca observaram: “*É avultada a exportação de café cultivado em terras de seu município.*” (LUNÉ & FONSECA, 1985, p. 147).

(ZALUAR, 1975, p. 49). A produção cafeeira também era preponderante em Lorena, porém não atingia montantes parecidos com os de Bananal: “*A sua produção de café é limitada, pois não colherá talvez anualmente cem mil arrobas. Em compensação, porém, fazem-se grandes plantações de cana e cultivam-se os gêneros alimentícios em abundância, de modo que só importa de Minas algum feijão e toucinho.*” (Idem, p. 75). Em Taubaté, ele orçava a produção em duzentas mil arrobas (Cf. Idem, p. 105).⁴ Por fim, Zaluar apresentava São José dos Campos como: “*Tendo todas as condições favoráveis para exportar muitas centenas de mil arrobas de café, [porém / RLM] exporta apenas cem mil, tal é a falta de braços produtivos, e sobretudo de sistema e método nos processos de cultura ali empregados!*” (Idem, p. 108). Como a marcha do café atingira a região mais próxima a São Paulo posteriormente a sua chegada em Bananal, situada na fronteira com o Rio de Janeiro, os problemas de oferta de mão-de-obra mostravam-se mais fortes na primeira área (mais próxima a São Paulo) em relação à segunda (mais próxima ao Rio de Janeiro).

Na década de 1870, a faina cafeeira revelou-se presente em grande intensidade em algumas cidades do vale. Azevedo Marques afirmou para Bananal: “*O município é essencialmente agrícola, cultiva de preferência o café, que é o principal ramo de sua riqueza, alguma cana-de-açúcar e cereais na proporção do consumo local.*” (MARQUES, 1980, v. I, p. 102). Para Cruzeiro, a descrição mostrou-se semelhante: “*A lavoura consta de café, para o que os terrenos são muito apropriados, fumo e cereais.*” (MARQUES, 1980, v. I, p. 242). No caso de Lorena, ele anotou a presença de engenhos de cana: “*No município contam-se cerca de 60 fazendas de café e 10 fábricas de açúcar.*” (MARQUES, 1980, v. II, p. 85). Em São José dos Campos, o autor recolocou o cultivo preponderante do café: “*A lavoura quase exclusiva é a de café; produz também algodão e cereais.*” (MARQUES, 1980, v. II, p. 236). Com relação a Taubaté, Azevedo Marques ressaltou a coexistência de pequenas e grandes unidades no município: “*Sua lavoura, quase exclusiva, é a do café, de que possui cerca de 240 fazendas entre grandes e pequenas; também cultiva algodão e cereais.*” (MARQUES, 1980, v. II, p. 279). Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali também observou este resultado ao trabalhar com 30 inventários de São José dos Campos entre 1870 e 1888:

“*A documentação consultada indica que a cidade de São José dos Campos vinha se constituindo, e formando seus cafezais, pela presença bastante numerosa de pequenos e médios lavradores. Sitiantes e ‘meeiros’ povoavam aquelas paragens em grande quantidade. (...) Provavelmente seja essa uma peculiaridade das lavouras de café de São José dos Campos de finais do século XIX. Mesmo as maiores fazendas não deveriam ter as dimensões que as grandes fazendas dos barões do café, tiveram nos áureos tempos da cafeicultura, no Vale do Paraíba Paulista. (...) A grande maioria dos lavradores possuía, em média, de 10 a 15 trabalhadores escravos em suas fazendas.*” (PAPALI, 1996, p. 128-129).

Em contraste a este panorama, Azevedo Marques apontou para São Luiz do Paraitinga uma realidade distinta das localidades citadas acima, pois o café não assumiu tamanha importância: “*A sua população é de 9.039 almas, sendo 1.452 escravos, cuja maior parte se ocupa na lavoura do algodão, fumo e cereais.*” (MARQUES, 1980, v. II, p. 141). Destarte, além da presença constante da produção de cereais, notamos aliado ao cultivo do café outros plantios de significado expressivo de acordo com a localidade em questão, especialmente o algodão, a cana e o fumo.

Neste contexto, a mão-de-obra cativa também apresentava uma distribuição diferenciada pelas localidades, acompanhando, em certo montante, os diferentes graus de desenvolvimento cafeeiro. Desta forma, a fim de aprofundar o nosso entendimento da

⁴ Ao apresentar os dados de produção de café de Taubaté, Zaluar afirmava a dificuldade de obter informações sobre o volume colhido (Cf. ZALUAR, 1975, p. 104). Tal afirmação também pode ser estendida para as demais localidades.

escravidão no vale do Paraíba, realizamos uma análise comparativa entre alguns municípios da região para a década de 1870 por meio das fontes disponíveis: o Recenseamento de 1872, as Matrículas de 1871-72 e, principalmente, as Listas de Classificação dos Escravos para Libertação pelo Fundo de Emancipação.⁵ Conseguimos levantar esta última documentação para as seguintes localidades: Bananal (1874), Lorena e Cruzeiro (1874), Paraibuna (1874, 1875 e 1876), São José dos Campos (1874) São Luiz do Paraitinga (1874) e Taubaté (1872).⁶ Na primeira parte do nosso estudo, efetuamos uma comparação dos informes da população cativa nas três fontes relacionadas acima. Posteriormente, concentramos nosso esforço na análise de forma mais detalhada do contingente cativo presente nas listas de classificação. Por fim, analisamos a propriedade escrava nestas cidades e comparamos com os resultados apresentados pela historiografia para o início do século XIX. Assim, podemos cotejar a realidade da escravidão emersa das listas nominativas de habitantes para as três primeiras décadas com a situação existente na de 1870 obtida mediante a consulta desses documentos.

2 - ESCRAVIDÃO NO VALE DO PARAÍBA

A expansão cafeeira atingia na década de 1870 seu momento culminante no vale do Paraíba. O desenvolvimento da cafeicultura condicionava-se, e era condicionado, pelo crescimento demográfico, especialmente das pessoas submetidas à escravidão. Em termos da província, observava-se um elevado contingente escravo matriculado na área valeparaibana (28,8% do total). A sua massa escrava só era menor do que a da região Central (36,1%). As regiões da capital, do vale do Ribeira e do litoral paulista mantinham uma parcela muito reduzida da população cativa.⁷

As seis localidades selecionadas para o nosso estudo (Bananal, Lorena e Cruzeiro, Paraibuna, São José dos Campos, São Luiz do Paraitinga e Taubaté) respondiam por 45,4% dos escravos matriculados em todo o vale. No recenseamento de 1872, entre o conjunto da população livre e cativa, o município mais populoso entre as cidades destacadas era Taubaté, com vinte mil habitantes. As demais mantinham uma população total de cerca de 15 mil munícipes (Cf. Tabela 2). Entretanto, o maior contingente escravo residia em Bananal, alcançando oito mil cativos. Em Taubaté havia tão-somente a metade do contingente cativo de Bananal. Quando analisamos os dados do recenseamento para as localidades, percebemos uma proporção bastante distinta da população escrava em relação ao total. Em Bananal, verificamos o percentual mais elevado de escravos com relação ao conjunto da população (53,1%). Nenhuma outra localidade paulista apresentava uma parcela tão expressiva de seus habitantes submetida à escravidão, tão-somente em Bananal os escravos representavam o maior contingente populacional. De outra parte, Paraibuna e São José dos Campos mostravam uma proporção de pouco mais de 9%, apesar de um certo destaque na sua produção cafeeira na segunda metade do século XIX. Talvez, a ausência de correlação deva-se em função da maior presença do trabalhador livre nacional, pois não havia imigrantes estrangeiros em grande número nesse momento. Lorena e Cruzeiro, São Luiz do Paraitinga e Taubaté apresentavam razões intermediárias, com 14,8%, 15,0% e 19,8% respectivamente, porém

⁵ Este recenseamento foi concluído para São Paulo em 30 de janeiro de 1874.

⁶ A discussão acerca da legislação que determinava a feitura das listas de classificação (ver Coleção de leis do Brasil, 1873). As informações presentes nestes documentos eram, além do nome do proprietário, as seguintes: número de matrícula, nome, cor, idade, estado civil, filiação, aptidão ao trabalho e profissão do escravo. Os locais onde se encontram tais documentos estão citados nas fontes e referências bibliográficas.

⁷ Utilizamos as informações levantadas por Armênio de Souza Rangel e a sua divisão regional sobre a província de São Paulo no ano de 1835 para comparar com os nossos resultados de 1872/74. A partir desta comparação, percebemos um pequeno crescimento da participação da população escrava do vale no conjunto da província entre esses anos, de 30,1% para 32,7% no período em questão (Cf. RANGEL, 1990, p. 196).

muito aquém do percentual de Bananal.⁸ Destarte, a maior presença relativa de escravos nos municípios correlacionava-se aos montantes produzidos de café, à exceção do caso de São Luiz do Paraitinga.

Tabela 2
População Livre e Escrava Segundo o Recenseamento de 1872

Localidades	Livre	Escrava (1)	Total (2)	(1)/(2) x 100
Bananal	7.325	8.281	15.606	53,1%
Lorena e Cruzeiro	7.743	2.080	14.012	14,8%
Paraibuna	14.011	1.402	15.413	9,1%
São José dos Campos	13.764	1.390	15.154	9,2%
São Luiz do Paraitinga	11.805	2.089	13.894	15,0%
Taubaté	16.725	4.122	20.847	19,8%
TOTAL	71.373	19.364	94.926	20,4%

Os vários informes sobre o contingente cativo na primeira metade da década de 1870 revelavam diferenças com relação ao seu total e a sua composição, para as quais devemos chamar a atenção. Na Tabela 3, apresentamos as informações das três fontes disponíveis para a massa escrava das localidades em estudo. O Recenseamento de 1872 mostrava uma população cativa inferior à registrada na Matrícula de 1871/72 para quatro dos seis municípios analisados, à exceção de Bananal. As maiores diferenças ocorriam, especialmente, para as cidades de Lorena e Cruzeiro e Paraibuna. Nas listas de classificação localizadas, o contingente escravo anotado totalizava 17.800 indivíduos e correspondia a 84,3% do total matriculado.⁹ A população classificada aproximava-se mais da matriculada para os municípios de Bananal, São Luiz do Paraitinga e, especialmente, Taubaté.

Tabela 3
População Escrava Segundo o Censo, a Matrícula e a Lista de Classificação (1872-1874)

Localidades	Censo de 1872	Matrícula (1871/72)(1)	Lista de classificação (1872/74)(2)	(2)/(1) x 100
Bananal	8.281	8.141	7.536	92,6
Lorena e Cruzeiro	2.080	2.964	2.245	75,7
Paraibuna	1.402	2.074	665 ^a	32,1
São José dos Campos	1.390	1.555	1.110	71,4
São Luiz do Paraitinga	2.089	2.236	2.079	93,0
Taubaté	4.122	4.184	4.165	99,6

⁸ As localidades selecionadas mantinham proporcionalmente ao restante da província mais escravos, pois cerca de um quinto dos seus habitantes eram cativos segundo o recenseamento. Para a província como um todo o percentual atingia tão-somente 18,7%. Em relação ao início do século, reduziu-se a parcela dos cativos na população do vale, pois, segundo Francisco Vidal Luna, em 1829 este segmento representou um terço do total (Cf. LUNA, 1998, p. 104).

⁹ A falta das páginas iniciais e finais do livro de Taubaté provocou uma subestimação do contingente de crianças (no início do documento) e dos cônjuges sem filhos (ao final do livro). De outro lado, tal perda impossibilitou a determinação de forma precisa da data do documento pela ausência do termo de abertura e encerramento. Como o total de pessoas aproximou-se do informado na matrícula supomos ser uma fonte concebida naquele momento.

TOTAL 19.364 21.124 17.800 84,3

a Nas listas dos dois anos seguintes foram computados respectivamente 646 e 742 cativos.

As localidades de São José dos Campos e Lorena e Cruzeiro apresentavam uma massa escrava classificada que representava cerca de três quartos do total matriculado. Entretanto, os cativos classificados de Paraibuna correspondiam a menos de um terço do conjunto matriculado. Destarte, a representatividade deste último informe para a feitura de nossas análises sobre Paraibuna mostrava-se prejudicada, como corroborado pela Tabela 4. Além da pequena participação no total da população escrava, a razão de sexo dos cativos classificados desta localidade diferia significativamente do calculado para as outras fontes. Em face a este comportamento, resolvemos não apresentar as informações de Paraibuna nas próximas seções.

Tabela 4
Razão de Sexo dos Escravos Segundo o Censo, a Matrícula e a Classificação
(1871/4)

Localidades	Censo de 1872	Matrícula (1871/72)	Lista de classificação (1872/74)
Bananal	132	139	140
Lorena e Cruzeiro	138	135	126
Paraibuna	134	128	221
São José dos Campos	123	128	119
São Luiz do Paraitinga	116	121	121
Taubaté	117	107	146

Obs.: A razão de sexo define-se como sendo o número de homens por grupo de 100 mulheres.

As razões de sexo também mostravam mudanças no perfil demográfico da população classificada em relação às outras. A legislação que instituiu a classificação dos cativos para libertação pelo Fundo de Emancipação priorizava os indivíduos com laços de parentesco. Deste modo, seria de se esperar uma maior participação das mulheres nesse contingente, em função da sua maior possibilidade de constituir família (Ver Apêndice Metodológico). Este resultado pode ser observado nos casos de Lorena e Cruzeiro e São José dos Campos. Entretanto, em Taubaté não verificamos este comportamento, talvez em função da distinção desta fonte com relação às demais listas de classificação.¹⁰ As várias razões de sexo calculadas para Bananal e São Luiz do Paraitinga revelavam uma proporção entre homens e mulheres relativamente próximas.

Podemos notar, nesta seção, um contingente expressivo de cativos presentes no vale do Paraíba no início da década de 1870. Contudo, a escravaria não se encontrava distribuída uniformemente pela região. As cidades mais envolvidas na produção cafeeira revelavam, em geral, uma maior população escrava em relação à livre. A heterogeneidade da distribuição dos montantes de escravos parece constituir tão-somente a distinção mais facilmente perceptível entre os municípios. Para realizarmos uma análise mais aprofundada a respeito da população cativa necessitamos de informações mais detalhadas dos escravos e seus proprietários, as quais se encontram presentes nas listas de classificação das localidades. Deste modo, na próxima seção, efetuamos esta segunda aproximação ao entendimento da demografia escrava

¹⁰ Devemos notar adicionalmente que em Taubaté havia a maior diferença entre as razões de sexo dos cativos calculadas para cada tipo de fonte documental.

da região lançando mão das listas de classificação dos escravos. Vale lembrar que apesar de representar e de apresentar uma gama bastante grande de informações, as listas não compreendiam a totalidade da população cativa e os escravos classificados mostravam um perfil demográfico um pouco diferente do observado para a população registrada nas outras fontes.

3 – ESCRAVOS CLASSIFICADOS

A população escrava das cidades em estudo mostrava uma ampla predominância de pessoas com idades de 15 a 49 anos, em geral ao redor de dois terços do total (Cf. Tabela 5).¹¹ No caso de São José dos Campos, a concentração da sua população nesta faixa etária revelava-se ainda maior, com mais de quatro quintos do total (81,2%). Em Lorena e Cruzeiro, havia um reduzido número de escravos com idade igual ou superior a 50 anos, representando tão-somente 5,0% do total da cidade. Por outro lado, os cativos menores de 15 anos apresentavam participações de pouco mais de um quarto no total da escravaria em Bananal, Lorena e Cruzeiro, São Luiz do Paraitinga e Taubaté.

Tabela 5
População Escrava segundo Faixas Etárias
(1872/74)

Localidades	Faixas Etárias			Total
	0 a 14	15 a 49	50 ou mais	
Bananal	1.924 (25,5%)	4.675 (62,1%)	932 (12,4%)	7.531 (100,0)
Lorena e Cruzeiro	662 (29,5%)	1.470 (65,5%)	112 (5,0%)	2.244 (100,0%)
São José dos Campos	90 (9,0%)	815 (81,2%)	99 (9,9%)	1.004 (100,0%)
São Luiz do Paraitinga	538 (25,9%)	1.421 (68,3%)	120 (5,8%)	2.079 (100,0%)
Taubaté	1.115 (27,0%)	2.467 (59,7%)	550 (13,3%)	4.132 (100,0%)
TOTAL	3.791	9.427	1.693	14.911

Obs: Nem todos os escravos presentes nos documentos apresentavam a informação da idade. Os percentuais entre parênteses perfazem 100,0% na linha.

A razão de sexo dos escravos alterava-se significativamente ao longo das faixas etárias (Cf. Tabela 6). Ela apresentava, para as cinco localidades em questão, um crescimento expressivo à medida do aumento das idades. Devemos atribuir este aumento provavelmente a maior presença de africanos nas faixas mais elevadas, especialmente na de 50 ou mais anos.¹²

¹¹ A legislação da qual originou o documento privilegiava os cativos que mantinham famílias e com idades de 12 a 50 anos (Ver Apêndice Metodológico). Entre os escravos mais jovens, notamos ausências significativas entre as crianças menores de 12 anos, chegando, por exemplo, em São José dos Campos a não haver menores de 10 anos na lista de classificação.

¹² Segundo o recenseamento de 1872, em Bananal havia 1.286 africanos escravos, o que representa 15,5% do total da massa escrava. As demais localidades não apresentavam um percentual tão elevado.

A preponderância do escravo do sexo masculino no tráfico africano para o Brasil ainda deixava na época da classificação sua marca nas gerações mais idosas. De outra parte, os municípios de Bananal e Taubaté revelavam uma maior razão de sexo, à exceção de Bananal na faixa de 0 a 14 anos e Taubaté na de 50 ou mais.

Tabela 6
Razão de Sexo segundo Faixas Etárias
(1872/74)

Localidades	Faixas Etárias		
	0 a 14	15 a 49	50 ou mais
Bananal	106	144	225
Lorena e Cruzeiro	121	124	187
São José dos Campos	80	124	175
São Luiz do Paraitinga	113	120	186
Taubaté	131	146	185

Obs.: A razão de sexo define-se como o número de homens por 100 mulheres.

Apesar da ausência de uma parcela da população, os escravos classificados mantinham, como esperado, em função da legislação, uma expressiva rede de parentesco entre eles (Cf. Tabela 7). As relações familiares atingiam tão-somente 44,0% da população escrava em São Luiz do Paraitinga, enquanto em Bananal alcançavam 52,8%, em Lorena e Cruzeiro chegavam a 55,2% e em São José dos Campos alçavam a 59,5%.¹³ Talvez, possamos explicar tal diferença pela menor representatividade dos cativos classificados no total matriculado nestas duas últimas localidades (Cf. Tabela 3) e a impossibilidade de estabelecer as relações entre irmãos para as duas primeiras cidades. No caso de Bananal, a massa escrava detinha uma maior presença de homens na faixa de 15 ou mais anos, dificultando a constituição de famílias.¹⁴

¹³ Não incluímos Taubaté na Tabela 9 em função da ausência da informação sobre as relações entre os pais e os filhos no documento. Nessa localidade, existiam 707 casados e 66 viúvos, correspondendo a 18,6% da população escrava.

¹⁴ Em Bananal, havia mais de duas centenas de viúvos sem filhos escravos. De outro lado, notamos em São José dos Campos um elevado número de mães solteiras vivendo com seus pais, em geral com um ou, no máximo, dois filhos.

Tabela 7
População Escrava segundo alguns Atributos Concernentes ao
Estado Conjugal
(1874)

Atributos	Bananal	Lorena e Cruzeiro	São José dos Campos	São Luiz do Paraitinga
Casados	20,1%	14,6%	20,0%	17,7%
Viúvos	4,4%	1,1%	1,5%	2,3%
Filhos legítimos	11,4%	11,3%	10,2%	5,7%
Solteiros com filhos	5,1%	9,9%	11,2%	6,8%
Filhos naturais	11,8%	16,1%	10,6%	11,4%
Irmãos(ãs)	-	2,2%	6,0%	-
Demais solteiros	47,2%	44,8%	40,5%	56,0%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Obs.: As relações de parentesco incluem os casais, a prole vivendo em companhia de pelo menos um dos genitores (pai ou mãe), as mães solteiras, os (as) viúvos (as) e os irmãos.

Devemos apontar também para um certo alargamento das relações de parentesco dos escravos, os quais se relacionavam com pessoas não pertencentes ao contingente mantido sob a escravidão. Nesse momento, por força inclusive da legislação e do crescente movimento abolicionista, tais relações estendem-se para uma parcela significativa da população livre. Verificamos a presença em Lorena de 43 ingênuos e em São José dos Campos de 87 crianças em iguais condições.¹⁵ Apesar de não conhecermos com maior segurança o total de ingênuos de Bananal, neste município conseguimos levantar a existência de 467 indivíduos livres filhos de pais escravos, dos quais provavelmente 185 destes eram ingênuos. Além disto, havia, nesta cidade, 22 cônjuges libertos e 43 pais livres.¹⁶ No caso de São Luiz do Paraitinga, observamos um conjunto de cinco cônjuges casados com mulher liberta. Destarte, notamos um conjunto expressivo da população escrava mantendo relações de parentesco com indivíduos livres.¹⁷

Além do perfil demográfico dos escravos, podemos efetuar uma caracterização das profissões dos cativos. O leque de ocupações mostrava-se bastante variado, compreendendo além das tradicionais lides agrícolas (lavoura e roça) uma gama muito rica de outras atividades artesanais e até comerciais, inclusive do meio doméstico. Entretanto, a principal atividade era a lavoura, a qual representava cerca de dois terços do total em Bananal, Lorena e Cruzeiro e São José dos Campos.¹⁸ Em São Luiz do Paraitinga, esta profissão apresentava uma participação no conjunto de sua massa cativa um pouco menor (54,8%). Isto decorreu da pequena representação de cativos do sexo feminino nessa ocupação (31,0%), as quais foram superadas numericamente pelas cozinheiras (32,5%).

¹⁵ A respeito da família escrava em Lorena e Cruzeiro ver MOTTA & MARCONDES, 2000.

¹⁶ No censo de 1872, observamos a existência de 172 africanos livres em Bananal.

¹⁷ Em São José dos Campos, o documento anotava um caso ilustrativo desta situação. Nele consta Florentina de 46 anos, mãe de “*Fermina liberta [que / RLM] é menor de 21 anos, Firmino pai da mesma pertence ao mesmo senhor e reside em Resende, por isso não é classificada aqui.*” Duas outras anotações também nos chamam a atenção por revelarem um primeiro passo na conquista da liberdade. A primeira refere-se a Efigênia casada que detém 100\$000 réis “*em benefício da sua liberdade*”. A outra apresenta, sem maiores detalhes, Conrado como sendo liberto, em parte.

¹⁸ Não consideramos Taubaté nesta análise em função do reduzido número de informações, pois mais de nove décimos dos seus escravos não apresentavam profissão.

Além da preponderância das atividades agrícolas nestas localidades em questão, podemos salientar um outro resultado interessante destes dados de profissões. Notamos uma especialização da ocupação segundo o sexo do cativo. Algumas profissões mostravam-se eminentemente uma atividade masculina, como, por exemplo, alfaiate, arreador, baleeiro, campeiro, carpinteiro, carreiro, caixeiro, cocheiro, copeiro, feitor, ferreiro, fogueteiro, formigueiro, hortelão, jornaleiro, moleiro, músico, pagem, peão, pedreiro, sapateiro, serrador, telheiro e tropeiro. A principal atividade dos escravos — a lavoura — também caracterizava-se pelo amplo domínio dos homens, embora as mulheres mantivessem participação significativa dependendo da localidade, de um terço a dois terços do total. Por outro lado, certas profissões revelavam-se preponderantemente do sexo feminino: caseira, costureira, cozinheira, doceira, engomadeira, fiandeira, lavadeira, mucama, parteira, rendeira, serviços domésticos e tecedeira. Adicionalmente, destacavam-se algumas profissões que exigiam uma maior qualificação do que as demais, como, por exemplo, marceneiro, músico, pedreiro, sapateiro e tropeiro.¹⁹

4 - PROPRIEDADE ESCRAVA

A consideração da propriedade escrava permite uma análise acerca dos montantes de riqueza alcançados pelas localidades e sua distribuição. O contingente cativo pode ser tomado, não se esquecendo de certos limites, especialmente nesse momento, como uma *proxy* para a fortuna dos indivíduos e até da própria região.²⁰ De outra parte, podemos entender de melhor forma a desigualdade da posse de cativos pelos escravistas ao realizarmos comparações no espaço e no tempo. Tentamos confrontar os dados levantados na nossa pesquisa com os fornecidos em outros estudos para localidades distintas das nossas nessa época (principalmente baseados em fontes semelhantes) e para os municípios idênticos aos em análise num outro momento, assentada em outra documentação (as listas nominativas de habitantes). Para efetivar tal intento, contamos com os trabalhos já realizados por outros autores para municípios iguais ou diferentes dos em questão neste trabalho.

Na Tabela 8 mostramos alguns indicadores estatísticos efetuados a partir das listas de classificação. A análise da estrutura da posse de cativos revelava um comportamento bastante diferenciado entre as localidades. O padrão médio da propriedade escrava mostrava-se, na década de 1870, acima de quinze cativos em Bananal, enquanto em São José dos Campos e São Luiz do Paraitinga verificamos um valor próximo a cinco.²¹ As cidades de Lorena e

¹⁹ Havia ainda dois casos muito interessantes em Paraibuna de maquinista e ajudante de maquinista, embora não se informava qual a referida máquina.

²⁰ Ao realizarmos tal análise, devemos atentar para três limites (Ver MARCONDES, 1998, Apêndice Metodológico). O primeiro consiste no momento em estudo, quando o investimento de longo prazo em escravos já apresentava sinais claros de inviabilidade. A legislação de 1850 e 1871 pode evidenciar esta tendência. Desta forma, grande parcela da riqueza dos indivíduos passava a ser alocada em outros ativos (ações, terras, títulos públicos etc.). Zélia Cardoso de Mello salientou esta mudança alocativa ao trabalhar com 746 inventários para a cidade de São Paulo. Segundo a autora, a participação dos escravos no conjunto da riqueza reduziu-se de 32,3% no período 1845/50 para 7,8% em 1872/80 (Cf. MELLO, 1985, p. 159). Entretanto, devemos salientar o caráter distinto desta localidade com relação ao conjunto da província, em função da sua condição de capital e maior grau de urbanização. Em Franca, por exemplo, Lélío Luiz de Oliveira observou uma redução da parcela dos escravos da riqueza de 37,1% para 26,7% entre 1822/30 e 1875/85 (Cf. OLIVEIRA, 1997, p. 73). O segundo limite refere-se aos indivíduos ocupados em atividades não agrícolas que se utilizavam de cativos em proporções muito menores do que os agricultores, para um patrimônio equivalente. Por fim, o terceiro compreende as pessoas endividadas que mantinham, em geral, escravos em razão muito maior do que sua riqueza efetiva.

²¹ Em Campinas, Robert Slenes estudando a família escrava a partir de várias matrículas de 1872 apensadas aos inventários estimou um número médio de cativos de 12,7 (SLENES, 1998, p. 77).

Cruzeiro e Taubaté apresentavam um número médio de escravos pouco acima de seis. Estes dois últimos municípios situavam-se entre os extremos da propriedade escrava, porém se aproximavam muito mais de São José dos Campos. De fato, nestas últimas localidades, o desenvolvimento cafeeiro e da massa escrava não parece ter alcançado porte semelhante ao de Bananal, principalmente em São Luiz do Paraitinga. Destarte, no conjunto destas localidades, observamos uma média de oito cativos por escravista e um índice de Gini de 0,693.

Tabela 8
Indicadores Estatísticos da Propriedade Escrava
(1872/74)

Localidades	Nº de Prop.	Escravos	Média	Desvio- -Padrão	Coeficiente de variação
Bananal	498	7.536	15,2	39,0	2,6
Lorena e Cruzeiro	367	2.245	6,1	10,0	1,6
São José dos Campos	244	1.110	4,6	6,8	1,5
São Luiz do Paraitinga	383	2.079	5,4	9,6	1,8
Taubaté ^a	660	4.164	6,3	11,6	1,8
Total	2.152	17.134	8,0	21,1	2,7

a Existe um escravo para o qual não foi possível determinar o proprietário.

A distribuição da posse escrava também seguia o padrão do número médio de cativos, seja ela observada por meio do coeficiente de variação, seja mediante o índice de Gini. Se adotarmos o último indicador, podemos notar naquelas duas localidades de Bananal e São José dos Campos os extremos da desigualdade: a primeira apresentando o maior índice de Gini (0,758) e a segunda o menor (0,570).²² Este resultado coaduna-se com o quadro já exposto na introdução da diferenciação regional existente no início do século XIX, que não mostrava sinais de significativas alterações na Segunda metade desse século. As demais cidades apresentavam índices intermediários: 0,608 para São Luiz do Paraitinga, 0,612 para Lorena e Cruzeiro e 0,637 para Taubaté.

Podemos comparar os índices de Gini calculados para a década de 1870 com os informados pela historiografia para localidades idênticas no início do século XIX, baseados nas listas nominativas de habitantes dessa época.²³ Nas Tabelas 9 e 10, procuramos fornecer os diversos números médios de cativos e índices de Gini calculados para as localidades em estudo. O porte e a desigualdade em Bananal mostravam-se, para todos os dados referentes ao século XIX, superiores ao das demais localidades. Lorena e Cruzeiro e Taubaté mantinham índices de Gini próximos, à exceção do momento de 1829/30. Ainda quando comparamos os resultados de 1872/74 com os referentes ao início do século XIX notamos algumas mudanças.

²² O valor do índice de Bananal não alcançava o obtido por Zélia Cardoso de Mello com base em inventários para a cidade de São Paulo no período 1872/80 (0,880). Na capital da província, o grande número de possuidores de poucos escravos mantinham atividades vinculadas ao comércio urbano, aos ofícios artesanais, aos afazeres domésticos, ao aluguel de escravos e à pequena lavoura. Apesar de uma média de escravos inferior à de Bananal, a maior importância das ocupações urbanas parece ajudar a explicar o elevado grau de concentração da posse escrava no município de São Paulo.

²³ Em termos do território ocupado pelas três localidades, houve uma redução da área de Lorena com a elevação à condição de vila de Silveiras em 1842. Esta última vila mantinha grande parcela da produção cafeeira da antiga localidade de Lorena. Em Taubaté, também ocorreu a separação da área de Caçapava em 1855. Cabe notar que estas duas áreas (Silveiras e Caçapava) foram computadas no cálculo dos indicadores estatísticos para o início do século XIX. Destarte, estas mudanças produzem um certo viés na comparação dos dois momentos (1829/35 e 1872/74) ao reduzirem a importância da cafeicultura e aumentarem a do meio urbano no primeiro período.

Bananal e Taubaté apresentavam um crescimento de suas médias no período 1829/35-1872/74, mas em Lorena e Cruzeiro ocorria uma ligeira redução. Por fim, São Luiz do Paraitinga revelou um comportamento singular, ao diminuir sua concentração e posse média de cativos durante esse período.²⁴

Tabela 9
Número Médio de Escravos no Século XIX

Localidades	1801/04	1817/18	1829/30	1835	1872/74
Bananal	9,1	8,4	11,7	-	15,2
Lorena e Cruzeiro	5,6	5,9	6,3	-	6,1
São José dos Campos	4,3	-	4,2	-	4,6
São Luiz do Paraitinga	5,6	-	7,6	-	5,4
Taubaté	5,0	5,1	5,2	5,1	6,3

Fontes: Bananal (para 1801, 1817 e 1829: MOTTA, 1999, p. 142 e 158), Lorena (para 1801: COSTA & NOZOE, 1989, p. 328; para 1818 e 1829: MARCONDES, 1998, p. 87, 90 e 91), São José dos Campos e São Luiz do Paraitinga (para 1804 e 1829: informações cedidas por Francisco Vidal Luna) e Taubaté (para 1803, 1817, 1830 e 1835: RANGEL, 1990, p. 205 e 207).

Tabela 10
Índice de Gini no Século XIX

Localidades	1801/04	1817/18	1829/30	1835	1872/74
Bananal	0,631	0,649	0,657	-	0,758
Lorena e Cruzeiro	0,536	0,506	0,554	-	0,612
São José dos Campos	0,451	-	0,489	-	0,570
São Luiz do Paraitinga	0,604	-	0,621	-	0,611
Taubaté	0,513	0,513	0,498	0,479	0,637

Fontes: Bananal (para 1801, 1817 e 1829: MOTTA, 1999, p. 142 e 158), Lorena (para 1801: COSTA & NOZOE, 1989, p. 328; para 1818 e 1829: MARCONDES, 1998, p. 87, 90 e 91), São José dos Campos e São Luiz do Paraitinga (para 1804 e 1829: informações cedidas por Francisco Vidal Luna) e Taubaté (para 1803, 1817, 1830 e 1835: RANGEL, 1990, p. 205 e 207).

Se o roteiro do café reproduzisse padrões idênticos nas várias localidades do vale, seria de se esperar que os resultados obtidos para Bananal também ocorressem nas demais cidades, pois o café foi introduzido por meio da fronteira com o Rio de Janeiro. Neste contexto, a distinção entre os municípios dever-se-ia a apenas uma questão temporal. Todos os municípios aproximar-se-iam do porte e do padrão da desigualdade de Bananal em um determinado momento. Entretanto, como as diferenças do número médio de escravos e do índice de Gini mantêm-se ao longo do tempo, devemos buscar outros condicionantes a explicar as particularidades das localidades.

A consideração segundo faixas de tamanho de plantel da distribuição da propriedade escrava nos permite uma melhor visão das semelhanças e das diferenças entre as localidades. No período 1829/35-1872/74, percebemos uma elevação do total de escravistas e escravos

²⁴ Ao que tudo indica, São Luiz do Paraitinga mostrou um crescimento expressivo do número médio de escravos no início do século, assentando sua economia na produção de bens para o mercado interno, como, por exemplo, fumo, toucinho e outros produtos. De outro lado, a localidade beneficiava-se da sua situação geográfica de caminho para o litoral, servindo de escoadouro dos produtos de algumas áreas do vale. A construção das ferrovias de São Paulo ao Rio de Janeiro cruzando o vale do Paraíba deslocou, na década de 1870, os fluxos mercantis para sua direção, reduzindo a importância de cidades intermediárias entre as regiões produtoras e consumidoras, como São Luiz do Paraitinga.

para todas as localidades salientadas.²⁵ Podemos apontar, para os cinco municípios em questão, um movimento ao longo do século XIX no sentido do aumento da participação dos escravistas possuidores dos menores plantéis no total de proprietários, especialmente em Bananal. Apesar desta elevação, o contingente escravo mantido por estes escravistas reduzia sua representatividade no total da massa cativa, à exceção tão-somente de Lorena. De outro lado, ocorria um crescimento da parcela de escravos dos detentores das maiores escravarias e da participação destes proprietários no conjunto dos escravistas.²⁶ Isto corrobora o resultado obtido por meio do índice de Gini.

Ainda observamos algumas diferenças entre as cinco localidades em consideração. Os escravistas possuidores de plantéis de 1 a 5 cativos representavam, em 1874, 61,5% dos proprietários de Bananal e 71,1% dos de Lorena. Em termos de sua participação no total de escravos, tais detentores de cativos mantinham 8,1% e 24,1%. Destarte, verificamos, em Bananal, a menor parcela dos escravistas e dos escravos para os que tinham as menores escravarias. Lorena e Cruzeiro, São José dos Campos, São Luiz do Paraitinga e Taubaté apresentavam participações semelhantes não nos permitindo uma diferenciação nítida entre elas. Por outro lado, os grandes escravistas bananalenses mantinham a maior parcela dos escravos entre os cinco municípios.

Na Tabela 11, procuramos mostrar as razões de sexo segundo as faixas de tamanho dos plantéis. Havia uma tendência de crescimento da razão de sexo ao longo do aumento do tamanho da escravaria. O desenvolvimento mais tardio da cafeicultura em São José dos Campos e Taubaté com relação a Lorena e Cruzeiro e, principalmente, Bananal ajuda-nos, ao que tudo indica, a explicar as maiores razões para os grandes plantéis naquelas primeiras localidades em comparação com as últimas. Isto nos parece apontar para um dinamismo maior nos municípios de Taubaté e São José dos Campos nesse segmento de escravistas.²⁷

Tabela 11
Razão de Sexo segundo Faixas de Tamanho dos Plantéis
(1872/74)

FTP	Bananal	Lorena e Cruzeiro	São José dos Campos	São Luiz do Paraitinga	Taubaté
1 cativo	107	115	75	132	91
2 a 4	93	88	75	91	120
5 a 9	129	104	119	126	140
10 a 19	133	130	132	128	141
20 a 39	153	168	152	130	166
40 ou mais	145	152	317	128	177
TOTAL	140	126	119	121	146

Obs.: FTP = faixas de tamanho dos plantéis.

²⁵ O número de proprietários e escravos eram, no período 1829/35, respectivamente, os seguintes: 195 e 2.282 em Bananal, 410 e 2.561 em Lorena e Cruzeiro, 78 e 327 em São José dos Campos, 159 e 1.208 em São Luiz do Paraitinga e 444 e 2.255 em Taubaté.

²⁶ Este comportamento também pode ser observado no estudo de Zélia Cardoso de Mello para São Paulo (MELLO, 1985, p. 108). Em Campinas, talvez em função do viés favorecendo os maiores plantéis, verificamos tão-somente o crescimento da escravaria dos maiores escravistas (SLENES, 1998, p. 76-77).

²⁷ A cidade de São José dos Campos apresentava o maior crescimento da produção de café do vale (Ver Tabela 1). De outro lado, embora Taubaté não crescesse a sua colheita de forma semelhante, ela mantinha a segunda maior produção.

Como vimos na seção anterior, cerca de dois terços da população escrava mantinham profissões vinculadas à lide agrícola. Quando cruzamos os escravistas que registram seus escravos na lista com os indivíduos relacionados no *Almanak da Província de São Paulo para 1873* (Ver LUNÉ & FONSECA, 1985), conseguimos estabelecer as atividades de uma parcela dos proprietários da lista.²⁸ A partir deste cruzamento, observamos a preponderância das atividades agrícolas entre os proprietários com informação sobre sua profissão, as quais representavam 87,4% dos escravistas de Bananal, 77,6% de São José dos Campos, 67,7% de Taubaté e 67,2% de Lorena e Cruzeiro e 60,6% de São Luiz do Paraitinga. Por estes dados percebemos uma maior presença da agricultura nas cidades de São José dos Campos e, principalmente, Bananal. Os proprietários que mantinham atividades agrícolas (fazendeiros e lavradores) detinham, em média, plantéis maiores do que os comerciantes, artistas e profissionais liberais (Tabela 12). Os capitalistas também se revelavam mais aquinhoados, pois o seu número médio de cativos era semelhante ao dos lavradores e produtores de derivados de cana. Por fim, como esperado, os cafeicultores de Bananal apresentavam as maiores posses médias de escravos, cerca de três vezes a localidade com a segunda maior propriedade cativa.

Tabela 12
Número Médio de Escravos por Atividade
(1872/74)

Atividade Principal	Bananal	Lorena e Cruzeiro	São José dos Campos	São Luiz do Paraitinga	Taubaté
Café ^a	78,2	18,8	13,3	15,7	24,8
Cana ^b	-	8,5	-	-	-
Lavradores	11,7	-	-	-	-
Comerciantes	2,6	2,0	2,0	1,7	4,8
Artes, Indústrias e Ofícios	3,0	2,9	3,0	4,3	1,0
Profissionais Liberais	4,8	4,0	2,7	3,8	3,0
Capitalista ^c	-	-	-	51,2	12,3

a Inclui os casos de produção conjunta de café com outros bens agrícolas (cana, fumo, algodão e milho).

b Inclui casos de produção conjunta com outros bens agrícolas, desconsiderando o café.

c Inclui casos de produção agrícola também.

Apesar de certa diferença no início do desenvolvimento cafeeiro as localidades de Taubaté e Lorena chegavam na década de 1870 com padrões de posse média de escravos e desigualdade da distribuição dos cativos muito próximos. Não nos parece possível mostrar grandes diferenças entre elas, além do montante total de cativos. De outro lado, São José dos Campos revelava um comportamento muito mais acanhado em termos da propriedade escrava, pois seu número médio de cativos e índice de Gini eram significativamente inferiores às demais. O município que mais se aproximava do modelo proposto pela interpretação clássica da *plantation* era Bananal. Ele apresentava o maior contingente cativo — até mesmo em proporção à população total —, escravaria média e concentração da posse cativa. Entretanto, até mesmo Bananal mostrava uma presença muito significativa dos escravistas com menos de cinco cativos, pois eles eram cerca da metade do total. Destarte, apesar de não

²⁸ Os cativos para os quais conseguimos estabelecer a atividade dos seus proprietários representavam os seguintes percentuais em relação ao total de cada localidade: 80,2% em Bananal, 34,6% em Lorena e Cruzeiro, 47,5% em São José dos Campos, 48,1% em São Luiz do Paraitinga e 29,4% em Taubaté.

possuirmos informes para todas as localidades valeparaibanas, formamos um quadro significativamente heterogêneo a respeito da difusão e distribuição da propriedade escrava pelo vale do Paraíba no momento áureo da cafeicultura na região. Precisamos agora procurar os condicionantes destas diferenças.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As condições que influenciavam o desenvolvimento cafeeiro e demográfico podem ter sido as mais diversas, por isso não pretendemos realizar um levantamento exaustivo delas. Queremos apenas apontar alguns dos condicionantes, os quais nos parecem os mais importantes. Como já avançado na introdução, observamos primeiramente as diferenças em termos das condições naturais (clima, relevo, solo etc.). Os territórios muito montanhosos não se mostravam adequados para o cultivo do cafeeiro. De igual modo, as planícies do Paraíba também não eram tão propícias e, de outro lado, já se encontravam ocupadas com outras culturas, como, por exemplo, a cana-de-açúcar. A localização geográfica também deve ter influenciado o desenvolvimento cafeeiro, pois a maior proximidade do litoral reduzia o custo de transporte das exportações, em especial com relação ao porto do Rio de Janeiro.

O desenvolvimento econômico e demográfico do vale, previamente ao café, também condicionava a expansão cafeeira. A ocupação de parte do território num momento anterior à introdução do café com pequenas propriedades, e, por exemplo, produção de fumo e da aguardente, dificultava a instalação nesta área de uma cafeicultura nos moldes da *plantation*. Ainda que se pudesse pensar num processo de concentração da propriedade, por meio da compra dos terrenos ou até expulsão dos que mantinham o usufruto da terra nesta área, seria mais difícil do que numa região nova. As novas áreas poderiam aceitar melhor a montagem de outros padrões de propriedade mais vinculados à cultura em proeminência.

De outro lado, a ocupação anterior ao café possibilitava, desde que houvesse o interesse, a utilização dos recursos humanos e materiais existentes na região e, assim, auxiliava a rápida expansão do café. Os indivíduos poderiam passar a participar desta nova atividade. Contudo, ela delimitava certas linhas do desenvolvimento cafeeiro. A substituição de uma cultura por outra dependeria de suas vantagens relativas e da disponibilidade para a troca. A migração de recursos entre diferentes atividades seria pautada pelas possibilidades de adaptação e transformação dos ativos alocados na antiga ocupação para a nova. A interação das atividades econômicas delineava os moldes da difusão cafeeira, como já observado por Lucila Herrmann.

O interesse despertado pela nova cultura atraiu fortes fluxos migratórios. As áreas ainda pouco ocupadas poderiam constituir uma economia cafeeira de certo modo mais independente. De fato, os territórios abertos para o cultivo nesse momento marcavam-se, como o de Bananal, significativamente por estes fluxos. Motta e Nozoe apontavam para a importância das migrações para o surgimento deste município: “*A localidade, de fato, até então marcada por um evolver marasmático, surgiu em meio àquele anos como efetivo pólo de atração demográfica, cuja economia passava a assentar-se, em grande medida, sobre o café.*” (MOTTA & NOZOE, 1994, p. 271). Posteriormente, o afluxo passou a se marcar pela presença de forma mais significativa das pessoas mais abastadas: “*Ao que tudo indica, na década de 1820 a cultura da rubiácea em Bananal, patenteada sua viabilidade econômica — com elevado nível de rentabilidade corroborado pelo evolver dos preços acima referido —, adentrava uma fase de atração de detentores de considerável montante de recursos produtivos. Esse ingresso adicional de capitais parece ter sido canalizado igualmente para a*

aquisição de cafezais formados.” (idem, p. 299).²⁹ Esta última mudança vinculava-se à caminhada de forma vigorosa da economia de Bananal rumo à *plantation* cafeeira.

A rentabilidade elevada da cafeicultura no final da segunda e começo da terceira década do século XIX beneficiava, principalmente, os cafeicultores dos municípios que já mantinham nesta época um plantio expressivo de café. As localidades que ainda experimentavam tal cultivo, nesse momento, não conseguiram auferir os ganhos propiciados pelo aumento do preço do café. Neste aspecto, Bananal mostrava-se mais apta à apropriação desta renda adicional, pois apresentava a maior produção cafeeira. Por fim, nesse momento ainda de vigência do tráfico africano, a possibilidade de reinvestimento dos recursos acumulados em cativos ocorria de forma menos custosa do que posteriormente.

O vulto da produção de café não representou o único condicionante da população escrava existente no território, bem como a sua propriedade. Outras atividades agrícolas e, principalmente, mercantis também apresentaram uma importância significativa e crescente. Além disto, para algumas localidades do vale o cafeeiro não assumiu a função vital que ocorria na maioria. Um caso neste âmbito foi o município de São Luiz do Paraitinga, que se distinguiu dos demais pela pouca relevância da produção de café. Todavia, nesta cidade verificamos a existência de um contingente expressivo de cativos e uma propriedade escrava não muito divergente com relação à maioria das localidades do vale.

A estratégia de casamento entre membros das famílias mais abastadas também nos auxiliam a explicar a conservação e, até mesmo, a concentração da riqueza nas mãos de poucos. Embora não possamos atribuir o matrimônio a esta simples explicação, tal prática era muito comum no passado brasileiro. Nas localidades em tela, também observamos estas iniciativas. Sheila Faria estudando a genealogia de Manoel de Aguiar Vallim — o maior proprietário de escravos em Bananal segundo a lista de classificação — observava as estratégias de alianças matrimoniais dos seus antepassados: “*Manoel de Aguiar Vallim, filho de José de Aguiar Toledo [que possuía 285 escravos em seu inventário de 1838 / RLM], casou-se, em 1844, justamente com a primeira filha de Luciano José de Almeida [que detinha 812 cativos no seu inventário de 1854 / RLM], numa aliança clara de filhos de grandes fortunas.*” (FARIA, 1995, p. 74).³⁰

A evidência posta no caso de Bananal decorre do caráter específico que a economia cafeeira assumia nesta localidade. Estas considerações tentam demonstrar a peculiaridade da escravidão nesta cidade em relação às demais localidades do vale do Paraíba paulista. De fato, observamos em Bananal as características mais próximas às da *plantation* cafeeira. Em nenhum outro lugar verificamos posses cativas tão elevadas e padrão semelhante de concentração da propriedade escrava. Sérgio Buarque de Holanda no prefácio do livro *Vale do Paraíba: velhas fazendas*, asseverava:

“*A ênfase que se possa dar ao papel de Bananal na era do café do vale do Paraíba paulista é plenamente justificada quando se considere a extensão e a produtividade sem par das suas fazendas. Pelo tombamento de 1817, quando a povoação não tinha alcançado a autonomia municipal, havia em suas redondezas, para um total de apenas 84 lavradores, 886 escravos, ou seja, cerca de dez cativos por lavrador, proporção que só encontra equivalente em Cunha. Mas em 1817 ainda estava longe essa área de alcançar a prosperidade que teria mais tarde, principalmente na década que se iniciaria em 1860, quando, com uma arrecadação (...) em 1866-7 de 34:281\$745, ultrapassava a própria capital que, nos mesmos anos, rende (...) 31:169\$000. Por outro lado, a afinidade de interesses e a intimidade de*

²⁹ Um exemplo é ilustrativo: “*José Nunes Teixeira, português, solteiro, passou a integrar a amostra [chegando em Bananal / RLM] em 1828, com 28 anos de idade e um plantel de 61 escravos.*” (MOTTA & NOZOE, 1994, p. 299).

³⁰ O clã das famílias Almeida-Nogueira-Vallim compreende um considerável número dos maiores escravistas de Bananal.

relações com alguns municípios fluminenses e mineiros vizinhos, onde todos os fazendeiros formavam como uma só família, destacavam Bananal do restante da província de São Paulo e até da maior parte do próprio vale do Paraíba paulista, apesar de todo ele ter na corte o seu escoadouro natural.” (HOLANDA, 1996, p. 267-268).

Entretanto, Bananal constituía apenas uma das várias localidades da região. Assim, o vulto alcançado pela cafeicultura e a escravidão no vale do Paraíba paulista deve ser pautado não pelo padrão de Bananal, mas pelo conjunto dos municípios. Até mesmo no caso mais próximo da *plantation* notamos a presença significativa em termos do total de escravistas e da escravaria dos pequenos e médios proprietários de cativos. Embora mais envolvidos com a produção para o mercado interno, estes indivíduos também produziam café em quantidades significativas.³¹ Somente verificamos a presença de dezoito escravistas com mais de cem pessoas em seus plantéis para as localidades em questão, sendo dezesseis em Bananal. Destarte, o dinamismo econômico e demográfico valeparaibano não se restringia apenas aos membros da grande lavoura cafeeira.

A complexidade assumida pela realidade econômica e demográfica do vale do Paraíba em pleno fastígio da economia cafeeira pode ser demonstrada pela existência de um largo escopo de tamanho das propriedades de cativos para as diferentes localidades e pessoas. Paralelamente ao crescimento da concentração da riqueza em escravos ao longo do século XIX, acelerava-se a diversidade desta economia, ampliando o leque de ocupações dos indivíduos livres e cativos. Por exemplo, os primeiros buscavam cada vez mais investir seus recursos disponíveis em outros ativos que não o escravo, fugindo até mesmo dos vinculados à cafeicultura no vale. O café apresentava-se como o principal condicionante, porém não era o único. Neste ambiente, a multiplicação da riqueza não devia ocorrer tão-somente no território da grande lavoura.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1-) Fontes manuscritas

Arquivo Municipal de Bananal

Arquivo do Estado de São Paulo

Arquivo Municipal de Ribeirão Preto

Arquivo Municipal de Taubaté “Dr. Felix Guisard Filho”

Cartório do Registro Civil de São Luiz do Paraitinga

2-) Fontes secundárias (citadas)

BRASIL. *Collecção das leis do império do Brasil de 1872, 1873*, v. 2, p. 1059

FARIA, Sheila de Castro. *Fortuna e família em Bananal no século XIX*. CASTRO, Hebe Maria Mattos de & SCHNOOR, Eduardo (orgs.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

HERRMANN, Lucila. *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*. São Paulo: IPE/USP, 1986 (ed. Fac-similada).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Livro dos prefácios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LUNA, Francisco Vidal. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829). *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 28, n. 1, p. 99-169, jan./mar. 1998.

³¹ Ver MARCONDES (1998b).

- LUNÉ, Antonio José B. & FONSECA, Paulo Delfino de. *Almanack da província de São Paulo para 1873*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado / Arquivo do Estado de São Paulo, 1985. (ed. fac-similada).
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.
- MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira*. Lorena: Stiliano, 1998.
- MARCONDES, Renato Leite. A pequena e média propriedade na grande lavoura cafeeira do vale do Paraíba paulista. *LOCUS: revista de história*. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/Editora UFJF, v. 4, n. 2, p. 35-54, 1998b.
- MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1980.
- MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfose da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec/Prefeitura do Município de São Paulo/Secretaria Municipal da Cultura, 1985.
- MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.
- MOTTA, José Flávio & NOZOE, Nelson Hideiki. Cafeicultura e acumulação. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 24, n. 2, p. 253-320, mai./ago., 1994.
- OLIVEIRA, Lélío Luiz de. *Economia e história em Franca: século XIX*. Franca: UNESP-FHDSS/Amazonas Prof. Calçados S/A, 1997.
- PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro. *Vestígios de um cotidiano: trabalhadores escravos, lavradores, negociantes e coronéis em São José dos Campos (1870-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - PUC-SP, 1996.
- RANGEL, Armênio de Souza. *Escravidão e Riqueza: formação da economia cafeeira no município de Taubaté (1765-1835)*. Tese (Doutorado em Economia) - FEA/USP, 1990.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.
- SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (org.). *Os diários de Langsdorff*. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.
- SLENES, Robert W. A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura do Sudeste: Campinas um caso paradigmático no século XIX. *População e Família*. São Paulo, vol. 1, nº 1, p. 9-82, jan./jun. 1998.
- ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela província de São Paulo (1860-1861)*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Edusp, 1975.